fôrça de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 4 de Abril de 1928.—**ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA**—*José Vicente de Freitas*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Agnelo Portela*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa*—*Artur Ivens Ferraz*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

Rectificações ao decreto n.º 15:304, de 2 de Abril de 1928

No artigo 2.º, § 2.º, onde se lê: «depois considerar-se não por nomeação definitiva suprimidos», deverá ler-se: «depois considerar-se não suprimidos».

No artigo 5.º, onde se lê: «classe especial, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes», deverá ler-se: «especial, 1.ª, 2.ª e 3.ª».

No artigo 17.º, onde se lê: «os requerimentos pedindo licenças ao Governo devem ser por intermédio», deverá ler-se: «os requerimentos pedindo licenças ao Governo devem ser enviados por intermédio».

No artigo 43.º, na parte em que se lê: «observando-se, porém, tanto num como noutro caso, o disposto nos artigos 47.º, 48.º e 50.º dêste diploma», deverá ler-se: «observando-se, porém, o disposto no artigo 58.º dêste diploma».

No artigo 89.º, § 4.º, onde se lê: «Para o efeito do n.º 5.º é tomado em conta», deverá ler-se: «Para o efeito do n.º 5.º só é tomada em conta».

No artigo 169.º, § 3.º, suprimir a palavra: «não».

No artigo 183.º, n.º 3.º, em que se lê: «de notas para actos e contratos entre vivos de valor inferior a 300\$», deverá ler-se: «de notas para actos e contratos entre vivos de valor não excedente a 300\$».

No mesmo artigo 183.º, § 4.º, onde se lê: «No livro designado sob o n.º 6 serão averbadas as escrituras e os testamentos», deverá ler-se: «No livro designado sob o n.º 5 serão averbados os testamentos e os actos ou contratos exarados nos livros a que se referem os n.ºs 1.º e 3.º dêste artigo».

No mesmo artigo 183.º, § 7.º, onde se lê: «O livro de registo de emolumentos não obedecerá a qualquer modelo especial», deverá ler-se: «O livro de registo de emolumentos não será selado nem obedecerá a qualquer modelo especial».

No artigo 217.º, n.º 4.º, onde se lê: «conter a ressalva das entrelinhas, traços e rasuras que ocorrerem», deverá ler-se: «conter a ressalva das entrelinhas, traços, emendas e rasuras que ocorrerem».

No artigo 232.º, n.º 3.º, do § 2.º, onde se lê: «artigo 175.º», deverá ler-se: «artigo 234.º».

No artigo 238.º, § 3.º, onde se lê: «deixando no termo a impressão digital», deverá ler-se: «deixando no termo a impressão digital, se o notário assim o exigir».

No artigo 242.º, onde se lê: «a importância do imposto do selo que competir aos diferentes actos e as despesas inerentes a estes, sem excepção dos gastos com os transportes e livros do cartório», deverá ler-se: «a importância do imposto do selo que competir aos diferentes actos e as despesas com os transportes e livros do cartório».

No artigo 245.º, onde se lê: «artigo 241.º», deve ler-se: «artigo 240.º».

No artigo 252.º, onde se lê: «os mínimos estabelecidos no § 1.º do artigo 26.º dêste regulamento», deverá ler-se: «os mínimos estabelecidos no § 1.º do artigo 27.º dêste diploma».

No artigo 256.º, onde se lê: «artigo 248.º», deverá ler-se: «artigo 249.º».

No artigo 257.º, onde se lê: «as guias serão processadas em duplicado e apresentadas ao chefe da repartição de finanças do concelho ou bairro em que estiver situada a sede do cartório, com respeito ao imposto do selo e à contribuição industrial devidos pelos emolumentos recebidos no mês imediatamente anterior», deverá ler-se: «as guias serão processadas em duplicado, com respeito ao imposto do selo e à contribuição industrial devidos pelos emolumentos recebidos em cada mês e apresentadas ao chefe de repartição de finanças do concelho ou bairro em que estiver situada a sede do cartório, até o dia 10 do mês seguinte».

No mesmo artigo 257.º, § 2.º, onde se lê: «no artigo 258.º», deverá ler-se: «no artigo 259.º».

No artigo 271.º, onde se lê: «entra em vigor no dia 6 de Abril», deverá ler-se: «entra em vigor no dia 12 de Abril».

No n.º 1.º da tabela dos emolumentos dos notários, onde se lê: «cada escritura 25\$», deverá ler-se: «cada escritura 20\$».

No n.º 2.º da mesma tabela, onde se lê: «De 900\$ até 1.000\$ exclusive», deverá ler-se: «De 900\$ até 1.000\$ inclusive». E onde se lê: «De mais de 1.000\$, por cada parcela de 100\$», deverá ler-se: «De mais de 1.000\$, por cada parcela de 100\$ ou fracção».

No n.º 3.º da mesma tabela, onde se lê: «Declaração de sucessão 20\$», deverá ler-se: «Declaração de sucessão 30\$».

O artigo 23.º da mesma tabela terá a seguinte redacção: «A rasa nos actos ou documentos manuscritos e também nas procurações forenses, certidões, públicas-formas e traslados quando impressos no todo ou em parte, contar-se há na razão de 15 cada página de vinte e cinco linhas, com vinte e cinco letras, pelo menos, cada linha».

Nas certidões, públicas-formas e traslados dactilografados, a rasa contar-se há em dôbro, desde que cada linha não tenha menos de quarenta e cinco letras.

A rasa nos livros de notas contar-se há na razão de 508 por cada linha de vinte e cinco letras, pelo menos».

No artigo 24.º da mesma tabela, onde se lê: «Cada quilómetro a mais ou fracção, 2\$», deverá ler-se: «Cada quilómetro a mais ou fracção, 4\$».

No mapa do número e sedes dos lugares de notários em cada uma das comarcas do continente da República

o ilhas adjacentes, onde se lê: «Arganil (4)», deverá ler-se: «Arganil (5)»; onde se lê: «Aveiro (4)», deverá ler-se: «Aveiro (5)», e onde se lê: «na sede da comarca 2», deverá ler-se: «na sede da comarca 3»; onde se lê: «Gouveia (2)», deverá ler-se: «Gouveia (3)», e «na sede da comarca 1», deverá ler-se «na sede da comarca 2»; onde se lê: «Oliveira do Hospital (1)», deverá ler-se: «Oliveira do Hospital (2)»; onde se lê: «Setúbal (2)», deverá ler-se: «Setúbal (3)».

No mesmo mapa, onde se lê: «Portel (1): na sede da comarca, 1», deverá considerar-se eliminada toda esta indicação, visto o lugar a que ela se refere estar incluído nos da comarca de Reguengos de Monsaraz.

No modelo de guia de depósito para o Cofre do Notariado, onde se lê: «artigo 241.º», deverá ler-se: «artigo 240.º».

No modelo de guia para depósito das importâncias de imposto do selo, contribuição industrial e adicional de 1 por cento, onde se lê: «De notas para actos e contratos entre vivos, de valor inferior a 300\$», deverá ler-se: «De notas para actos e contratos entre vivos, de valor não excedente a 300\$».

Em 7 de Abril de 1928.— O Ministro da Justiça, *Manuel Rodrigues Júnior*.

Tabela dos emolumentos dos notários

SECÇÃO I

Actos lavrados nos livros de notas

1. Cada escritura	25\$00
2. Sendo de valor conhecido ou determinado, acrescerá:	
Até 100\$ exclusive	8\$75
De 100\$ até 200\$ exclusive	16\$50
De 200\$ até 300\$ exclusive	24\$25
De 300\$ até 400\$ exclusive	32\$00
De 400\$ até 500\$ exclusive	39\$75
De 500\$ até 600\$ exclusive	47\$50
De 600\$ até 700\$ exclusive	55\$25
De 700\$ até 800\$ exclusive	63\$00
De 800\$ até 900\$ exclusive	70\$75
De 900\$ até 1.000\$ exclusive	78\$50
De mais de 1.000\$, por cada parcela de 100\$	8\$15
De 1.000\$ até 50.000\$	2 ⁰ / ₁₀₀
De 50.000\$ até 1:000.000\$.	1 ¹ / ₂ ⁰ / ₁₀₀
De 1:000.000\$ até 20:000.000\$.	1 ⁰ / ₁₀₀
De 20:000.000\$ para cima, nada mais.	
3. Sendo do valor desconhecido ou indeterminado, acrescerá, conforme o objecto:	
Constituição de sociedades cooperativas	50\$00
Convenções antenupciais sem dote, doação ou descrição de bens	50\$00
Convenções antenupciais com dote ou doação de bens indeterminados	70\$00
Declaração de sucessão	20\$00
§ único. Consideram-se de valor indeterminado as escrituras de simples dissolução de sociedades, com nomeação de liquidatários, bem como as de distrato, revogação, aditamento ou substituição de alguma cláusula, ratificação, rectificação e aceitação.	
4. Quando em qualquer escritura houver alguma convenção que respeite directamente a mais dum prédio, acrescerá, outrossim, de cada prédio a mais	2\$00
§ 1.º Na divisão de prédio comum, cada uma	

das partes em que elle for dividido constituirá para este efeito um prédio.

§ 2.º Nas escrituras antenupciais; o emolumento deste número só será devido quando os prédios forem objecto de dote ou doação.

5. Os emolumentos do n.º 1 serão reduzidos a metade nas escrituras de valor não superior a 300\$, e os do n.º 2 serão igualmente reduzidos a metade nas que tenham por objecto quitação de dívidas ou modificação de sociedades, quando a alteração destas não envolva aumento ou redução de capital ou substituição inteira do contrato social.

6. Cada testamento 50\$00

7. Aos emolumentos desta secção acrescerá sempre a rasa.

SECÇÃO II

Actos lavrados fora dos livros de notas

8. Abertura de sinal.	3\$00
9. Aprovação de testamento cerrado e respectivo registo	50\$00
10. Certidões narrativas, a rasa, e mais de cada uma	10\$00
11. Certidões de documentos no todo ou em parte, certificados, traslados e públicas-formas, a rasa, e mais de cada um destes documentos	2\$00
Nas cópias de documentos da primeira metade do século XIX, ou em língua estrangeira, ou de mapas ou contas por algarismos, da mesma forma que estiverem no original, a rasa contar-se há em dobro. E nas de documentos anteriores ao século XIX, contar-se há pelo triplo.	
12. Legalizações:	
a) Por via de reconhecimento simples, de cada assinatura	1\$00
b) Por via de reconhecimento circunstanciado, cada assinatura	1\$00
E mais	8\$50
c) Por via de reconhecimento autêntico em documentos de uma só assinatura	5\$00
E de cada assinatura excedente, mais	1\$00
d) Por via de reconhecimento de letra e assinatura, estejam ou não presentes os signatários dos documentos	2\$50
13. Procurações, a rasa, e mais de cada uma	5\$00
Se, porém, tiverem poderes para assinar letras ou cheques, ou para arrematação, opção, transacção, partilha ou qualquer outro contrato	10\$00
E tendo poderes para administração civil ou gerência comercial	20\$00
§ único. Quando as procurações forem passadas por mais de uma pessoa acrescerá de cada pessoa, além da primeira, metade do emolumento que competir, devendo entender-se, para este efeito, por uma só pessoa marido e mulher, pai ou mãe e filhos sob o pátrio poder, e os representantes de qualquer sociedade, associação ou corporação.	
14. Protesto de letra e seus registos — os emolumentos serão iguais aos que os escrivães perceberem, mesmo no que respeita a caminhos.	
§ único. Apresentação de letra a protesto quando este não chegar a efectuar-se	5\$00
15. Registos, excluídos os dos protestos de letras, o dos autos de aprovação de testamentos cerrados, a rasa, e mais de cada um	2\$00
16. Depósito de testamentos cerrados, cada termo	40\$00
17. Qualquer outro acto ou instrumento, não especificado nesta tabela, a rasa, e mais	6\$00

SECÇÃO III

Outros actos

18. Apresentação de livros, documentos ou papéis, por efeito de requisição judicial, a requerimento de parte ou do Ministério Público, havendo neste segundo caso parte condenada . . . 5\$00
19. Assistência a assembleas gerais para redução das respectivas actas a instrumento público 50\$00
20. Averbamentos, a pedido da parte, cada um 2\$50
21. Buscas de escrituras e outros instrumentos, e de registos, documentos ou papéis arquivados:
- a) De cada ano indicado pela parte . . . 1\$00
- b) Apontando a parte dia, mês e ano . . . 1\$00

SECÇÃO IV

Disposições diversas

22. Não serão devidos emolumentos pelos reconhecimentos em atestados de pobreza ou outros documentos ou papéis sobre assuntos de beneficência ou assistência judiciária, nem pelos reconhecimentos em recibos de juros da dívida pública ou pensões até 50\$, nem pelos actos que a lei declarar gratuitos.

23. A rasa nos actos ou documentos manuscritos e também nas procurações forenses, certidões, públicas-formas e traslados quando impressos, contar-se há na razão de 1\$ cada página de vinte e cinco linhas, com vinte e cinco letras, pelo menos, cada linha. A rasa nos livros de notas, porém, contar-se há em dôbro. Nas certidões, públicas-formas e traslados dactilografados, a rasa contar-se há em dôbro, desde que cada linha não tenha meços de quarenta e cinco letras.

§ único. A fracção de lauda considerar-se há sempre lauda completa, desde que o documento comece no alto de cada página.

24. Sempre que o notário tenha de sair do cartório para o efeito de qualquer acto, acrescentará o emolumento de caminho, que será considerado apenas na ida, e se contará:

Até 2 quilómetros, desde o edificio do cartório 40\$00

Cada quilómetro a mais ou fracção . . . 4\$00

§ 1.º Se, estando no exercício das suas funções, em determinado lugar fora do seu cartório, o notário fôr aí solicitado para outros actos, contar-se há o caminho desde aquele lugar.

§ 2.º O emolumento d'este número só não será devido se o acto deixar de praticar-se por culpa ou impedimento do notário.

§ 3.º O emolumento d'este número será reduzido a metade no caso de doença de qualquer das partes.

25. Os emolumentos fixados nesta tabela serão pagos em dôbro:

1.º Se os actos forem praticados de noite;

2.º Se os actos forem praticados aos domingos ou dias feriados;

3.º Se nos actos houver intervenção de intérprete.

§ 1.º Verificando-se simultaneamente qualquer das circunstâncias dos n.ºs 1.º e 2.º com a do n.º 3.º, os emolumentos serão pagos pelo triplo.

§ 2.º A acumulação das circunstâncias dos n.ºs 1.º e 2.º, entre si, não dá direito a maior emolumento.

26. Pelos actos que, embora escritos, não forem assinados por circunstâncias ou motivos só imputáveis às partes, os notários terão direito aos emolumentos por inteiro e ao reembolso das despesas.

27. Os emolumentos tarifados compreendem as consultas, conferências, exames de documentos, minutas e mais trabalhos indispensáveis para a redacção dos actos. As minutas dos actos que não chegarem a realizar-se serão pagas por metade dos emolumentos que a estes corresponderiam, excluindo a rasa.

28. Quando qualquer escritura contenha diferentes convenções ou cláusulas derivadas ou dependentes umas das outras, só será devido o emolumento da convenção principal. Quando as convenções não forem derivadas ou dependentes o emolumento será devido por inteiro em relação ao acto ou contrato a que corresponder maior emolumento, e por metade em relação a cada um dos outros, applicando-se a estes últimos, quando não tenham valor, metade do emolumento do n.º 1.

29. As percentagens dos actos e contratos de valor excedente a 1:000.000\$ serão repartidas por metade com o Estado, na parte respeitante ao excesso de 1:000.000\$.

§ único. O pagamento dos emolumentos do Estado será effectuado conjuntamente com o imposto do selo e a contribuição industrial dos actos ou contratos, nos termos e com as penas dos artigos 255.º a 259.º do diploma de que faz parte esta tabela.

30. O valor dos actos de que se deva contribuição de registo por título oneroso será o valor total por que se pagar essa contribuição.

31. O valor dos actos de concordata será a importância a que ficarem reduzidos os créditos.

32. O valor dos actos de aumento de capital de quaisquer sociedades será o da importância do aumento; os dos actos de redução de capital será a importância a que este ficar efectivamente reduzido; o dos actos de dissolução de sociedades, com adjudicação do activo e passivo, será o do capital social, se outro maior se não mostrar.

33. O valor dos actos em que se estipulem prestações será o da importância total delas, não excedendo a 20 anos, porque excedendo será a soma das prestações de 20 anos somente.

34. O valor dos actos de partilha ou divisão de bens será o do acervo.

35. O valor dos contratos antenupciais será o dos bens que forem descritos ou inventariados.

36. Os emolumentos devidos pelos contratos cujo valor não seja estipulado em moeda portuguesa serão calculados pelo valor que servir para a liquidação do imposto do selo.

37. Nos Açores os emolumentos serão pagos em moeda forte.

38. As partes farão os preparos, que os notários exigirem, até à importância provável dos emolumentos e despesas dos actos.

39. Os actos que não estiverem expressamente compreendidos nesta tabela serão praticados gratuitamente, não se admitindo a seu respeito qualquer interpretação extensiva, ainda que haja identidade ou maioria de razão.

Paços do Governo da República, 2 de Abril de 1928.—
O Ministro da Justiça, *Manuel Rodrigues Júnior*.